

Previsto superávit fiscal de 2,5% do PIB em 98.

Mendonça de Barros mantém em R\$ 20 bilhões expectativa do ganho fiscal

O superávit primário do setor público consolidado deve alcançar 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1998, segundo projeção divulgada ontem no boletim macroeconômico da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Pelo ganho fiscal, de cerca de R\$ 20 bilhões, o governo federal seria responsável por R\$ 12 bilhões, as estatais, R\$ 4,8 bilhões, e o estados e municípios, R\$ 3 bilhões, segundo informou a Agência Globo.

Segundo a publicação, Brasil foi um dos países mais afetados pela crise internacional desde outubro, mas tem mostrado "um comportamento consistente no enfrentamento da crise mundial no mercado financeiro". As políticas monetária e fiscal adotadas, no entanto, terão impacto negativo sobre o nível da atividade econômica em 1998, na avaliação da Secretaria de Política Econômica. Segundo o boletim, o governo espera que os efeitos dessas medidas sobre as contas públicas permitam acelerar a trajetória de queda de juros, abrindo assim espaço para o estabelecimento de uma situação macroeconômica mais estável, com nível



José Roberto Mendonça de Barros

maior de poupança pública e menor dependência de capitais externos para o financiamento do investimento.

O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, que divulgou o boletim, afirmou que a trajetória de queda da taxa básica de juros não será alterada devido ao recrudescimento da crise na Ásia, especialmente na Coreia, informou a Agência Globo. O boletim destaca que a velocidade da queda dos juros aumentará com o avanço fiscal, na ausência de imprevistos externos.

Mendonça de Barros informou ainda que o Brasil recebeu, entre 1º e 10 de dezembro, US\$ 520 milhões em investimentos diretos. Em todo o mês passado, o valor dos investimentos diretos foi de US\$ 1,2 bilhão. Para ele, os valores são "bem razoáveis".

Segundo as projeções do ministério, a trajetória declinante da inflação deve continuar. O documento informa que a expectativa é de que serão limitados os efeitos dos reajustes de combustíveis e das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das bebidas e automóveis sobre os índices de preços. A publicação reafirma que a política cambial do governo continuará a mesma, visando a recuperar a taxa real de câmbio, por meio de correções nominais superiores à diferença entre inflação interna e externa.

José Roberto Mendonça de Barros voltou a defender a tese da flexibilização da legislação trabalhista brasileira como forma de enfrentar o desemprego. Ele observou que esta tese é defendida também por vários economistas de fora do governo.

Ele disse também que o governo

não vai rever os incentivos para o setor automobilístico. "Não tem nada que mudar, nem para mais nem para menos". O boletim destaca que o setor automotivo superestimou a demanda e agora está amargando o elevado nível de estoques.

Mendonça de Barros disse também que a queda nas vendas do setor de automóveis era inevitável. Segundo ele, manter um ritmo de crescimento das vendas em torno de 20% é "insustentável". Mas ele reconheceu que a elevação dos juros em função da crise asiática antecipou o ajuste do setor. O grande problema do segmento, disse, é que as montadoras ficaram com um estoque muito grande. Os estoques, segundo ele, vinham crescendo lentamente desde junho.

A publicação aponta que segmento vendeu bem ao longo deste ano e que nos meses anteriores às medidas de ajuste fiscal e à elevação dos juros as vendas de carros já apresentavam sinais de perda de fôlego. Para o secretário, o problema da Volkswagen é isolado. "Problemas estruturais de uma unidade específica não devem ser confundidos com a realidade conjuntural do setor", afirmou.